

## DIREITO HOJE

## De pesquisas e eleições

Bruno Terra Dias

opinio@hojeemdia.com.br

Desde que, no Brasil, optou-se por dois turnos, as eleições para os cargos executivos ganharam renovado e diferenciado atrativo: as pesquisas de intenções de votos assumiram caráter mais que informativo. Espíritos frugais, de rarefeita formação política, enxergam em tais pesquisas um orientador do voto, útil para abreviar o exercício cívico das decisões fundamentais. Será isso correto?

As eleições não são oportunidade a desprezar, assim como pesquisas de intenção de voto não são instrumento orientador para abreviação do processo democrático. Entre os conceitos que andam aos pares antagônicos, democracia opõe-se a autocracia, voto opõe-se a abstenção, informação opõe-se a ignorância.

A identificação do que seja bom ou ruim, individual ou coletivamente, implica adoção de crité-

rios. A partir da afirmação aristotélica da natureza política do ser humano, e assumindo que tal formulação seja expressão de uma verdade, opções compatíveis devem ser adotadas, tanto para direção da conduta na esfera privada como na pública. Assim é que, entre os pares antagônicos, a escolha cabe a favor da democracia, do voto e da informação. Esse o espírito que deve congrega pesquisas e eleições.

Por evidente, as pessoas têm a prerrogativa de escolher o que fazer com as informações disponíveis. Na perspectiva das eleições, as candidaturas não se justificam por si, mas pelo significado das correntes de pensamento que representam e das soluções que apontam para a vida em sociedade.

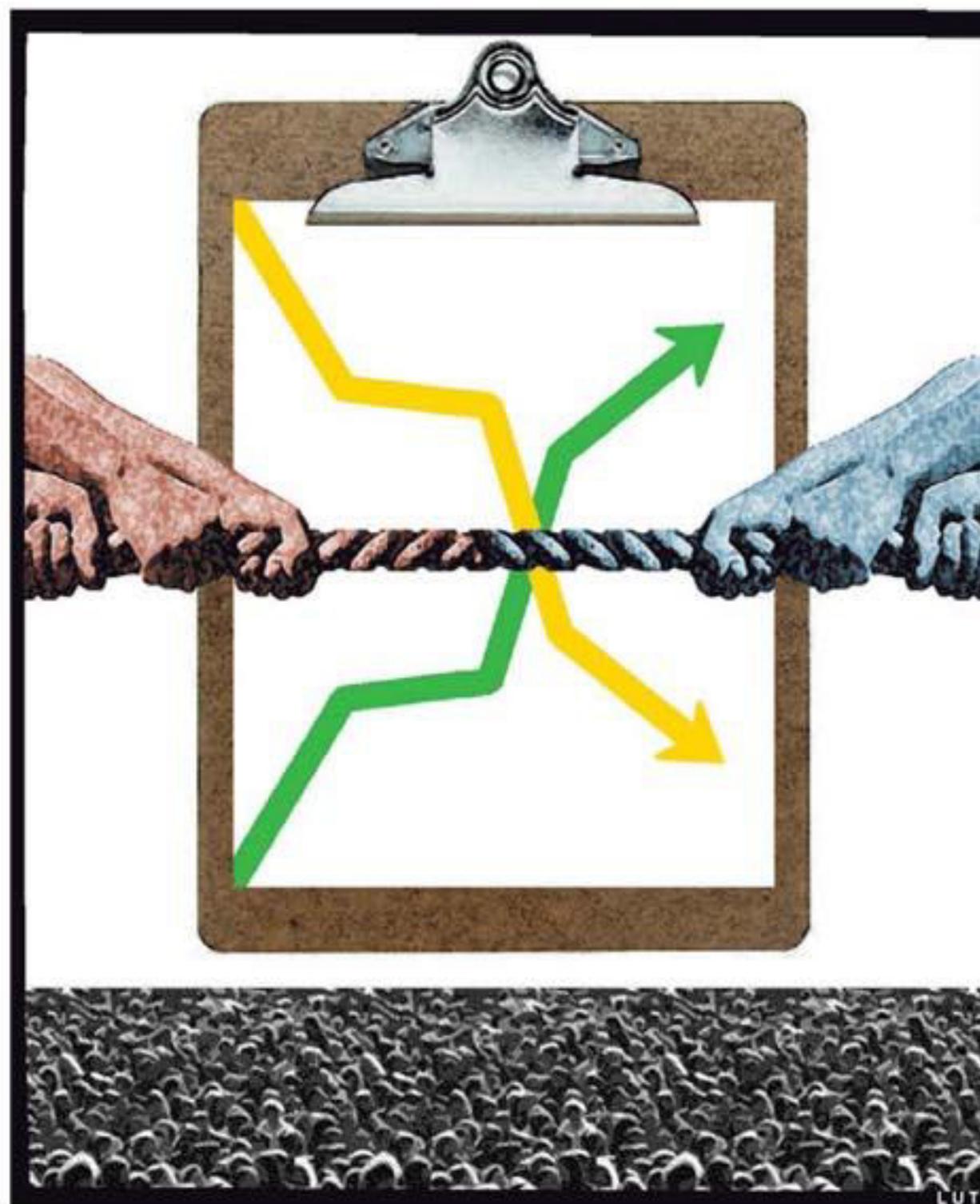
Isso implica elaborada e complexa análise, que exige do eleitor, antes de entrar na cabine de votação, a ponderação de variáveis nem sempre óbvias. Consciente ou inconscientemente, nas democracias, o eleitor comanda as rédeas e é res-

ponsável, com a unidade do respectivo voto, pelo que a todos sobrevier.

Em assembleias de poucos, a importância relativa de cada um se avoluma. Em assembleia de 140 milhões de pessoas, cuja igualdade, no voto, custou uma Revolução Francesa e não poucas vidas à Nação brasileira, a responsabilidade dilui-se no anonimato e os espíritos superficiais costumam, preguiçosamente, optar pelo menor esforço.

As pesquisas de intenção de voto devem orientar a ação política dos candidatos, assim como o jogo político-eleitoral deve ter como principal ator o eleitor. Guiar o eleitor por pesquisas e fazer do candidato o ator principal do jogo político-eleitoral equivale a inverter posições e favorecer autocracias. A Constituição de 1988 optou pela primeira hipótese, basta ler seus princípios fundamentais.

Juiz de Direito, ex-presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)



LUTE